

FRANCISCO JÁCOME SARMENTO

A integração do São Francisco: verdade e mito

**FRANCISCO JÁCOME
SARMENTO**

é professor da
Universidade Federal da
Paraíba e integrante do
Projeto São Francisco.

O SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO E A SECA

nos primeiros anos após o desembarque luso constatou-se a seca como fator ambiental característico do Nordeste, com o qual indígenas integrados conviveram antes dos portugueses, embora o primeiro registro disponível sobre o fenômeno date de 1552. No século XVI, jesuítas também relataram secas com drástica redução de chuvas desde áreas interioranas adentradas até áreas litorâneas. Com diferentes abrangências territoriais (quase sempre irradiadas a partir do semi-árido setentrional, formado pelos estados do Ceará, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e de Pernambuco), diferentes durações (de 1 a 6 anos) e severidades, há registros de pelo menos 47 secas até o presente. Em decorrência, estima-se que de 2,5 a 3 milhões de pessoas morreram no semi-árido brasileiro.

Ao longo de cinco séculos, as características da forma inepta e inconstante de tratar o semi-árido assolado pelas secas permaneceram incólumes e imutáveis em espaço discricionário permeável a inovações como a mentalidade das forças políticas decisórias: a assimilação superior ao discurso do coletivo sobre o privado, do social sendo finalidade do econômico, do conceito de nação ao de região, do olhar futuro ao imediatismo cego.

Nesse processo histórico, a alternativa migratória tornou-se atraente ao sertanejo vitimado na impiedosa e secular moenda. Justificaram-na a seca inseparável da fome e da morte, o poder local personificado em coronéis e capangas, a submissão das agências governamentais às oligarquias — pífias no alcance dos objetivos — e o oportunismo adensando o espúrio uso de paliativos de combate às secas nas emergências.

Os centros urbanos do Sudeste (São Paulo/Rio de Janeiro à testa) projetavam a esperança do nordestino, pondo-lhe o destino às mãos, na decisão de emigrar. Agravado na dança macabra da seca

na arena do subdesenvolvimento, da injustiça social e do abandono – e movido a esperança –, o secular passivo socioeconômico engrossava as fileiras proletárias do motor capitalista, não sem manifestações contrárias, de pensares temerosos de aumentar tensões sociais em centros urbanos. Baixos salários, subemprego e desemprego impuseram aos migrantes as favelas como moradias. Em 1976, a socióloga norte-americana Janice E. Perlman, em obra que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso prefaciou, demonstrou que os migrantes nordestinos compunham 34% da população de morros e favelas no Rio de Janeiro.

A existência de secas e a manipulação inumana de seus efeitos mantiveram determinadas estruturas de poder, da colônia à república. O preço socioeconômico pago pelo não-enfrentamento real envergonha a nação e a expõe a paliativos onerosos em vez de a tomadas de decisão eficazes. Superar os entraves e desenvolver a região não requer miraculosos planos e obras que tornem os habitantes sujeitos passivos à espera de mudanças. A exclusão social agravou-se ao limite. Ações simplistas não resolvem o problema, tampouco as que excluem o beneficiário como agente transformador e ampliador de sua liberdade.

O semi-árido brasileiro e, em particular, o semi-árido setentrional chegam ao século XXI marcados pela multiplicação de municípios que cobram da renda nacional um *quantum* que não resolve a desestruturação que secas provocam e por algumas respostas positivas em ilhas de prosperidade (onde os investimentos foram acertados) no oceano da exclusão.

INSERÇÃO DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO SÃO FRANCISCO

Há muito se associa a relação subdesenvolvimento e vulnerabilidade às secas. Em *Geografia da Fome*, Josué de Castro cita André Piatier: “[...] o nível de desenvolvimento pode ser medido ou aferido pelo grau

de resistência de uma estrutura econômica em face de uma catástrofe natural ou social: seca, inundação, revolução, guerra”.

A seca nordestina é *força natural denunciativa* do subdesenvolvimento, tal que a cogitação de transumância e de abandono de áreas de excelentes condições edáficas, insolação, níveis de precipitação médios superiores a várias regiões produtivas exploradas no mundo mantém-se alternativa à região.

Superpor-se história estrutural, factual e climática, desde o início do século XX, transformou o Nordeste em fonte fornecedora de mão-de-obra fluente para outras regiões, sobretudo para o Sudeste e o Sul, decorrente da impossibilidade de absorver a força de trabalho e por desesperança e desespero durante e após as secas. A versão nordestina do incremento da dinâmica econômica via indústria veio pela mão estatal na década de 1960, com subsídios gerenciados pela Sudene. Abrandou diferenças entre índices socioeconômicos nordestinos e nacionais, sem ficar imune à manipulação espúria. A pretensão de fomentar o desenvolvimento regional declinou quando a rapinagem conspícua atingiu especialização sofisticada e eficiente, dada a discricção no *modus operandi*. Com erros e acertos a Sudene realizou medianamente a industrialização no Nordeste. Desde sua criação, porém, receberam muitas críticas as políticas para o semi-árido, quando se argüia a suposta incompatibilidade entre o contingente populacional e os recursos naturais para mantê-las na íntegra.

O Estado brasileiro tenta desenvolver o Nordeste sob os paradigmas da globalização, centrando atenção nos setores que melhor respondem à alocação de investimentos condicionados ao dinamismo competitivo mundial, como a fruticultura irrigada, o turismo e a indústria têxtil, esta em franco soerguimento. Concentrar esforços específicos faz vingarem diferenças intra-regionais tipificadas por ilhas de desenvolvimento num oceano de águas secas: os setores produtivos tradicionais cuja fragilidade dispensa a seletividade intrínseca à globalização, bastando-lhes a seca à esgarçada.



No Nordeste setentrional, sem rios perenes, surpreendem ainda carências em abastecimento de água, que submetem a estabilidade econômica à insegurança hídrica avessa à certeza propícia a investimentos. Mais grave ainda: estarrece constatar que à quinta maior cidade brasileira – Fortaleza/CE – impõe-se conviver com a guilhotina do colapso absoluto no seu sistema de abastecimento de água, a exemplo de outras como Campina Grande/PB (344 mil habitantes-2000), Caruaru/PE (350 mil habitantes-2000). Com frequência crescente, também outras cidades da região acionam a justiça para garantir seus direitos de abastecimento na disputa pelos poucos recursos hídricos locais. Embargos judiciais de usos de águas para abastecimento humano podem – com fiscalização eficiente – ter o efeito pretendido, mas liquidam a economia local por proibir o uso da água para outros fins.

É no contexto do previsível desabastecimento dos centros urbanos que a integração do Rio São Francisco com o Nordeste setentrional se insere e se justifica de maneira incontestada.

Desde sua primeira menção, ainda no século XIX, até poucos anos atrás, o empreendimento vinha sendo apresentado como um megaprojeto para irrigar terras ao norte do Rio São Francisco. Entretanto, do crescimento das cidades, catalisado pela mudança de perfil da população local – de rural para urbana –, emergiu um quadro de demandas hídricas no qual uma interligação com o São Francisco com fins de suprimento humano torna-se, nos casos mais extremos, emergencial, tanto pelo prazo necessário para a execução física da obra, como pela incontornabilidade de uma provável situação de colapso absoluto.

A própria forma de operação reproduzida na outorga para o projeto emitida pela Agência Nacional de Águas (ANA) espelha essa priorização legal e humanitária do abastecimento de uma população que, em 2025, chegará a 12 milhões de pessoas. A operação do sistema preconiza que 26,4 m³/s sejam destinados, sem restrições, ao suprimento da população através dos chamados eixos de integração

Arte sobre foto de Silva Lins





norte e leste. Ambos captam a água entre as represas de Sobradinho e Itaparica e têm respectivamente uma capacidade de condução de $99 \text{ m}^3/\text{s}$ e $28 \text{ m}^3/\text{s}$.

Ora, se, para consumo humano, necessita-se de apenas $26,4 \text{ m}^3/\text{s}$, por que uma capacidade total de $127 \text{ m}^3/\text{s}$ ($99 + 28 \text{ m}^3/\text{s}$)? Para garantir, apenas com os excessos de água nos períodos de cheia do São Francisco, a sustentabilidade socioeconômica do semi-árido setentrional. Como as cheias no São Francisco ocorrem, em média, em quatro anos por década, durante esses anos os canais funcionarão a plena carga, transferindo para os açudes do semi-árido setentrional irrisória fração de 1% do volume das enchentes.

Note que a sustentabilidade hídrica do desenvolvimento socioeconômico do Nordeste setentrional é alcançada pelo projeto sem comprometer absolutamente em nada as iniciativas de mesma natureza na bacia do São Francisco, posto que volumes de cheia não têm utilidade econômica local, nem sequer servem à geração de energia elétrica, dado que as cheias passam pelos vertedores das hidrelétricas e não pelas turbinas instaladas.

Portanto, o verdadeiro perfil da integração do São Francisco é o de solução racional e única para o problema do desabastecimento dos centros urbanos. Não há originalidade em adotá-la. Assim resolveram seu problema cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Aracaju, etc. Como fomentador de desenvolvimento regional, o empreendimento cumpre sua função – dentro da regra de operação explicada – de levar sustentabilidade hídrica para as atividades econômicas em curso e planejadas. Sem água não se pode pensar em nenhum modelo de desenvolvimento, muito menos na reversão do quadro socioeconômico estabelecido.

Em face da realidade do Nordeste setentrional, jamais se deve entender o projeto como mágico divisor de águas entre a miséria e a fartura, panacéia para agruras impostas pela seca, pressuposta raiz de todos os males. As transformações demandadas por desejáveis mudanças não

emanam de uma obra física de engenharia. Tampouco têm os técnicos envolvidos em sua elaboração a pretensão ingênua ou o sofisma para propô-lo como detentor de messiânicos poderes.

FUNDAMENTOS DA RESISTÊNCIA AO PROJETO

Na primeira metade do decênio de 1990, com a materialização detalhada da transposição de águas do São Francisco para o semi-árido setentrional – no âmbito de projeto básico exequível de engenharia –, tornaram-se freqüentes e acirrados os debates públicos. As resistências à idéia sempre existiram. Cresceram ou recrudesceram permeadas por legítimas preocupações com o passivo socioambiental acumulado na bacia, mas também – e mais pronunciadamente – em decorrência de distorções intencionalmente moldadas e propaladas para alimentar desconfiças, conferindo à palavra “transposição” conotação mórbida em relação ao rio.

A discussão tem produzido bons resultados quando tecnicamente fundamentada e despida de regionalismos desagregadores da identidade nordestina, em particular no aprofundamento e na difusão de idéias e conhecimentos sobre a problemática do semi-árido, alavancando e fortalecendo questões correlatas, mas independentes, como a revitalização hidroambiental da bacia do São Francisco.

Para quem se contrapõe à integração do São Francisco, existe a leitura de ser decisiva ou fatal agressão ambiental ao rio. Desprezam que em termos de *vazão retirada* a integração é menor que outros empreendimentos implantados/em implantação na bacia, quase isentos de uma escatológica resistência, “inocentados” simplesmente por sua localização geográfica. A contradição evidencia um caráter político que se auto-envergonha e se esconde num confortável discurso de aspecto ecologicamente correto.

Na frente de oposição política ao projeto, a estratégia atual consiste em abrigar



seus interesses sob um manto “técnico”. Os protagonistas desse ardid confundem a imprensa e a opinião pública com argumentos aparentemente consistentes, mas que, na verdade, não resistem à mais superficial das análises. Simplificando, é possível resumir o pensamento político contrário ao projeto em três argumentos: a) o Rio São Francisco não suportaria atender às demandas do Nordeste setentrional sem prejudicar o atendimento na própria bacia; b) a água disponível no Nordeste setentrional seria suficiente para atender a suas demandas; e c) existiriam alternativas mais baratas para atendê-las.

Por um lado, apregoa-se o São Francisco como um rio sem condição hidroambiental de atender à demanda de água do projeto. Por outro lado, alega-se que sobra água no semi-árido setentrional, numa simplória confusão entre “capacidade de armazenamento” – volume dos açudes cujo preenchimento com água depende do humor de São Pedro – e “disponibilidade efetiva de água” – água armazenada pelos açudes nos anos de bom humor de São Pedro.

A conclusão de importantes estudos relacionados com a bacia do São Francisco e com as bacias receptoras do semi-árido setentrional derrubou formalmente velhos argumentos difundidos há anos na captação de incautos para engrossar as fileiras dos que propalam o projeto como o algoz do rio.

O Plano Decenal da Bacia Hidrográfica do São Francisco (PDBHSF) elaborado pela ANA, acompanhado e discutido pelas câmaras técnicas do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHSF) e aprovado por este último, demonstrou cabalmente que há disponibilidade para o atendimento de todas as necessidades hídricas da própria bacia e do semi-árido setentrional sem comprometer as folgas, ainda que as demandas são-franciscanas praticamente tripliquem nos próximos vinte anos, algo historicamente sem registro. Crescendo à inédita taxa de 5,2% ao ano, a demanda na bacia sairia de 91 m³/s (2005) para 262 m³/s em 2025.

Assim, o PDBHSF adotou uma vazão de 360 m³/s para cobrir – repita-se, com folga – todas as demandas internas e ex-

ternas da bacia, não podendo ser omitido que, caso fosse necessária a alocação de mais água para o setor de abastecimento humano, essa vazão poderia crescer para 370, 380, 400 m³/s, etc., pois o abastecimento humano é prioritário em relação a qualquer uso econômico da água.

Premissa constitucional – e humanitária do ponto de vista ético – assegura o abastecimento humano como prioridade absoluta na alocação de águas no país. As deficiências de disponibilidade de água nos centros urbanos no Nordeste setentrional careceram de estudos técnicos apenas para quantificá-las, não para reconhecer sua existência. Essa é apresentada pela mídia nacional a cada recorrência de seca. A disponibilidade *per capita* naquela região está abaixo do mínimo recomendado pela ONU, o que foi recentemente ratificado pelo Plano Nacional de Recursos Hídricos, divulgado em fevereiro de 2006 pelo Ministério do Meio Ambiente.

O que representa a correção dessa deficiência natural secular para 390 sedes municipais, onde habitarão 12 milhões de brasileiros, em termos de volume de água? A derivação de 26,4 m³/s através de dois canais – eixo norte e eixo leste –, o que equivale a ínfimos 1,4% da vazão regularmente liberada pela represa de Sobradinho.

Para melhor explicitar que essa insignificância de volume não é o fator que quebraria a sustentabilidade ambiental do São Francisco, comparemos: esse volume de água, se retirado ao longo de 24 horas/dia, equivale ao volume que evapora no lago da represa de Itaparica – onde desemboca a água liberada por Sobradinho – em apenas 10 horas. E ainda: há dezenas de meritórios projetos implantados e em implantação na bacia do São Francisco que derivam duas, três, quatro vezes esse volume, não para abastecimento humano, mas para irrigação, e nem por isso registrou-se uma celeuma como vivenciamos nos últimos anos.

O pensamento político que capitaneia a oposição ao projeto e o tem – inconfessavelmente – como um concentrador da parcela alocada de recursos da União para o Nordes-



te (fase de construção) da mesma maneira rejeita-o por perceber vantagens logísticas comerciais intrínsecas ao posicionamento geográfico do Nordeste setentrional, em particular concernente a portos. A eliminação da restrição hídrica na sustentabilidade e expansão de atividades econômicas como irrigação e aquicultura produziria, em associação com essas vantagens, um Nordeste setentrional “temerariamente” competitivo.

Muitos dos seus protagonistas desconhecem limites éticos e não hesitam em lançar mão de qualquer que seja a informação – validada tecnicamente ou não – na construção de um discurso voltado para o próprio umbigo, territorialista, cego ao Brasil como nação. Para esses, a solidariedade e o reconhecimento dos direitos do cidadão brasileiro sobre águas federais terminam nos limites geográficos da bacia do São Francisco.

Em discurso, transitam no campo técnico multidisciplinar de inserção do tema como genuínos especialistas a proferirem verdades incontestes próprias ou emprestadas de acadêmicos intelectualmente desonestos ou despreparados. Na realidade, apenas profanam o templo da ciência com exercícios demagógicos e teatrais, banais, no nicho político-eleitoreiro no qual sobrevivem, e muito bem.

Alhear-se à racionalidade que transborda do Plano de Recursos Hídricos da bacia do São Francisco, em que agora jaz o argumento da falta de disponibilidade hídrica, é admitir que as águas federais do São Francisco devam permanecer na bacia, mesmo que o limite de comprometimento de sua disponibilidade com usos locais não seja alcançado em 100, 200 ou 300 anos. É dar as costas para a necessidade humana de brasileiros que vivem mais ao norte, onde o semi-árido não tem rios perenes e a sustentabilidade hídrica não dispensa a sorte para se manter.

HÁ ALTERNATIVAS À INTEGRAÇÃO DE BACIAS?

A sustentabilidade hídrica do semi-árido do Nordeste não tem solução única nem universal. Têm-se consumos que, na dimensão espacial, vão de demandas pontuais e de pequena expressão, compatíveis com microssoluções, até a integração de bacias hidrográficas. A solução a se adotar para o suprimento hídrico das populações urbanas concentradas, por exemplo, diferencia-se da que se adotará, com os mesmos fins, para a população esparsa (rural). Por demandar volumes relativamente pequenos, instrumentos simples e de baixo custo (microssoluções), a população rural pode bem conviver com a incerteza hídrica regional, em contraponto ao que ocorre no setor de irrigação pública ou privada, desde áreas em escala microempresarial a grandes áreas exploradas por grandes empresas. Do mesmo modo, atividades pastoris têm, para suas demandas, formas de suprimento

que melhor se ajustam em termos técnicos, econômicos e ambientais.

Cisternas e poços

No caso da população esparsa, distribuída na zona rural e em pequenos distritos dos municípios do semi-árido setentrional, a “água de beber”, indispensável à sobrevivência, pode ser eficientemente captada da chuva (quando chove) e ser conduzida e armazenada em cisternas. Experiências exitosas são executadas em estados nordestinos por iniciativa de instituições governamentais e não-governamentais.

Entretanto, da parte de organizações que se beneficiam da permanência da ignorância e da miséria, tem-se observado uma tentativa de habilitar a cisterna como solução genérica. Na verdade, a proposta de substituir a integração com o São Francisco por cisternas para o suprimento das cidades do Nordeste setentrional é tecnicamente absurda, socialmente discriminatória, economicamente caríssima e fisicamente inexecutável. Além do mais, a integração e as cisternas não são soluções mutuamente excludentes. A integração de bacias visa a atender as grandes demandas humanas localizadas nos centros urbanos. A cisterna é usada para atendimento de pessoas que ainda vivem nos ermos da vastidão semi-árida.

É necessário que se entenda a relação custo-benefício associada a esse tipo de microsolução. Uma cisterna padrão – com 16 mil litros de capacidade – custa aproximadamente R\$ 1.500,00. Considere:

- uma família média formada por cinco pessoas, com *per capita* indigno de 50 litros/pessoa/dia, o que perfaz um total de 250 litros/dia;
- para atender a esse consumo – beber, cozinhar e higiene pessoal controlada – a cisterna destinada a essa família deverá ser abastecida a cada 60 dias com água da chuva ou de caminhões-pipa;
- em um ano o atendimento será de 96 m³, ou seja, o equivalente à vazão de 0,003 litro por segundo.

Assim, a construção de um milhão de cisternas resultará no fornecimento de meros 3 m³/s a um custo de 1,5 bilhão de reais!

O custo orçado da integração é de 4,5 bilhões de reais, ou seja, o suficiente para a construção de três milhões de cisternas, o que forneceria 9 m³/s, portanto, cerca de 7% do que fornece a integração pelo mesmo custo (capacidade hidráulica de 127 m³/s), e com cotas *per capita* niveladas com padrões dignos, não na condição subumana de 50 litros/pessoa/dia. Sem contar os benefícios de geração de emprego e renda com os empreendimentos viabilizados com o bombeamento de ínfima fração (1%) dos excedentes do São Francisco.

À parte os casos de inexistência de alternativas, a utilização indiscriminada de cisternas confunde-se com programa de manutenção de pobreza, pois reforça as estruturas de poder locais, na medida em que devolve ao agente político a decisão de supri-las ou não com carros-pipa nos períodos em que não chove.

Concernente a mananciais subterrâneos, com exceção dos aquíferos da região de Mossoró/RN e a região do Cariri cearense, onde há reservas – hoje superexploradas –, a região é de domínio cristalino. A água armazenada nas fissuras dessas rochas, além de ser quantitativamente compatível apenas com as demandas de pequenas comunidades, apresenta, em geral, péssima qualidade, não dispensando, na maioria dos casos, o uso de dessalinizadores.



Açudes com capacidade de regularização

Na realidade hídrica do semi-árido setentrional, açudes com capacidade de regularização de vazão representam as fontes hídricas precisas à implantação de um modelo de desenvolvimento regional sustentável. Reservatórios construídos/ em construção/planejados, com capacidade superior a 10 milhões de m³, foram considerados nos estudos realizados. Determinar a vazão regularizada por esse conjunto equivale a estabelecer o limite de sustentabilidade hídrica para usos dependentes dessas fontes (grandes demandas, ademais).

Como o crescimento populacional e o econômico redundam no óbvio aumento das demandas, garantir sustentabilidade hídrica para diversos setores usuários dependerá de se “importar água”.

Insistir na construção de mais açudes reduz a oferta de água nas bacias hidrográficas, principalmente em decorrência da redução dos aportes hídricos para os açudes localizados rio abaixo e do aumento dos espelhos d’água suscetíveis à evaporação.

Dessalinização de água do mar

No cotejo de soluções alternativas para problemas específicos, que a integração através dos eixos norte e leste se propõe resolver, está a dessalinização da água marinha para cidades costeiras. A opção, há muito usada no mundo, tem especial difusão em regiões deficientes em recursos hídricos, mas com excedentes de combustíveis fósseis utilizáveis como fonte energética nos processos de dessalinização. Por exemplo: no processo mais difundido – *osmose reversa* –, a energia elétrica é 44% do custo de produção de água dessalinizada. A Arábia Saudita, maior produtor mundial de água dessalinizada, supre 70% do abastecimento humano com essa fonte hídrica e produz 35 m³/s. Israel, com mais de 50%

de sua área territorial ocupada por deserto, investe fortemente na dessalinização por meio de grandes usinas que muito reduzem os custos de produção. Os mais baixos custos de instalação (ano 2000) importavam 660 US\$/m³/dia.

Embora os custos de produção para dessalinizar tenham decaído sobremaneira nos últimos anos, mesmo em grandes usinas o custo do m³ supera 50 centavos de dólar americano. Os eixos de integração norte e leste do São Francisco terão valores médios unitários da ordem de R\$ 0,13/m³.

Reúso de água

Não apenas em países com áreas de clima semi-árido ou árido, o reúso de águas servidas é fonte alternativa no atendimento de vários setores usuários. Tanto esgotos domésticos como industriais – após tratamentos compatíveis com seus fins, cumpridos os critérios de segurança e checados os custos de implantação, operação e manutenção – podem servir de alternativas, sobretudo para usos menos restritivos.

Em usos urbanos para fins potáveis, a necessidade de implementar sistemas de tratamento, monitoramento e controle sofisticados que evitem elevadíssimos riscos de contaminação inviabiliza sua adoção. Mesmo usos urbanos para fins não-potáveis – aguar jardins, praças, canteiros, áreas esportivas, etc. – requerem maiores atenções quando a população tem contato direto com esses espaços. O Japão investigou as possibilidades de reúso a partir dos anos de 1960 por haver sofrido severa seca. Hoje adota o reúso em várias cidades para fins não-potáveis.

Custos relacionados a usos potáveis são proibitivos e comportam riscos inaceitáveis. Com relação a usos não-potáveis, o sistema implantado em 1980, na cidade de Fukuoka (Japão), supre descarga de bacia sanitária, irrigação de parques e limpeza. Produz água ao custo de US\$ 2,01/m³ e a conduz ao consumidor através de sistemas exclusivos de distribuição por US\$ 2,99/m³ (1998), preço inferior ao da água potável

que oferece (US\$ 3,73/m³, 1998). Seis anos mais recente (1986) é o sistema de reúso de Kobe (Japão), que fornece água não-potável para usuários domiciliares (casas/apartamentos) por US\$ 1/m³. Além da restrição relacionada à potabilidade, não são custos comparáveis à média de R\$ 0,13/m³ da água oferecida pela integração com o São Francisco.

CONCLUSÕES

A integração do São Francisco é a solução técnica mais adequada e econômica para resolver o problema dos centros urbanos do semi-árido setentrional e garantir seu desenvolvimento socioeconômico sem prejuízos para os estados são-franciscanos.

Certos setores da mídia nacional conseguiram transformar a integração da bacia do Rio São Francisco com o Nordeste setentrional em um tema plebiscitário, como se a consulta a jornalistas, advogados, artistas, etc. – a favor ou contra – fosse resposta a um problema de planejamento técnico de responsabilidade do Estado brasileiro. O pragmatismo racional que garantiu o fornecimento de água para grandes cidades (São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, etc.) com projetos de transposição não pode ausentar-se na tomada de decisão no caso do Nordeste setentrional.

Errar na avaliação da oportunidade de implantar um projeto de transposição trará no mínimo duas conseqüências adversas:

- 1) expor a população às conseqüências do desequilíbrio hídrico durante a implantação de um empreendimento desse porte (com todas as condições favoráveis, estima-se em pelo menos três anos de obras a implantação da transposição mais rápida, sob premissa de fluxo financeiro adequado);
- 2) a estagnação e o retrocesso decorrentes – fatos muito graves – de se postergar a viabilidade à segurança hídrica da região, base para se construir um estágio de desenvolvimento humano bem superior à sobrevivência indigna.

Na essência, o projeto não se propõe ao combate direto à seca. Tampouco se pretende panacéia para superação do subdesenvolvimento. Objetiva oferecer à região a segurança de suprimento de demandas humanas estabelecidas e futuras. A análise da sustentabilidade financeira do projeto baseia-se no pagamento pelo fornecimento de água bruta ao setor de saneamento. Os sistemas adutores que utilizarão águas transpostas, operando hoje com águas locais disponíveis, têm viabilidade assegurada em face dos elevados custos de fontes alternativas.

Sem transcender sua função instrumental como ação de infra-estrutura, a integração, na atual concepção, constitui-se eixo estruturante para o desenvolvimento socioeconômico, na medida em que possibilita água não só para atender a demandas humanas nos centros urbanos, mas também demandas associadas a setores usuários de substancial influência nas condições socioeconômicas da região receptora, como agricultura. Isso sem comprometer em nada o suprimento hídrico da bacia do São Francisco, visto que o acionamento do sistema de integração para transferência de água com fins econômicos dar-se-á somente nos anos em que ocorrer cheia no São Francisco e seca no semi-árido setentrional.

Há reincidência de aspectos de equidade social ao se implantar a integração, à parte avarer-se agravamento do desequilíbrio do balanço hídrico nas bacias do semi-árido setentrional. Outrossim, no plano legal, o São Francisco é de ingerência federal. É necessário equiparar condições vitais e evolutivas entre cidadãos do semi-árido setentrional e da bacia do São Francisco no acesso a águas da União, cujo corpo hídrico principal concentra mais de 70% das águas disponíveis no Nordeste. Pertencente à União, o Rio São Francisco não deve manter – no acesso e no uso sustentável de águas – distorções geográficas que imputem aos nascidos além-bacia tratamento inferior a quem nasceu em solo são-franciscano. São todos cidadãos brasileiros.